

HOSPITAL GERAL DE JUIZ DE FORA

Estudo Técnico Preliminar 1/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64580.012474/2025-60

2. Descrição da necessidade

2.1 O objeto deste processo é a contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de saúde (lixo hospitalar) do tipo A, B, C e E, produzidos no Hospital Geral de Juiz de Fora.

2.2 Possui necessidade de atender as exigências e definir procedimentos para o gerenciamento desses resíduos, com vistas a preservar a saúde pública e o meio ambiente, atendendo o prescrito nas seguintes normas: Resolução nº 310, de 23/07/1986, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA; Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho; Resolução CONAMA nº 5, de 05/08/1993; Resolução CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2005; RDC ANVISA nº 222, de 28 de março de 2018; RDC CONAMA de 29/04/2005; Normas Brasileiras de Regulamentação (NBR) e demais Leis e Decretos que regulamentam a prestação dos serviços objeto do processo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	2º Ten Feliciano

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Visando minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, buscando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente. Baseado no Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – RDC-306/204 - ANVISA.

4.2 Para que seja realizado o serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde a empresa contratada deverá possuir as seguintes características e funcionalidades mínimas.

ID	CARACTERÍSTICA/FUNCIONALIDADE
01	Quantidade: 12 (doze) meses de contratação, para o item 01, Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos sólidos de saúde, classificado como tipo A, B, C e E, produzidos no Hospital Geral de Juiz de Fora.
02	Manejo adequado e seguro dos resíduos de serviços de saúde, com a finalidade de proteger a saúde, com a finalidade de proteger a saúde pública, saúde do trabalhador e do meio ambiente,

03	A prestação do serviço deverá ser realizada diariamente, no horário das 7:00h às 12h , ou sempre que acionada a contratada.
04	A coleta e transporte externos dos resíduos de serviços de saúde devem ser realizados de acordo com as Normas NBR 12.810 E NBR 14.652 da ABNT.

Tabela 1: Requisitos Funcionais do Serviço de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde

4.3 O licitante deverá ter registro ou inscrição da empresa licitante junto ao respectivo conselho profissional, no ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, e em plena validade;

4.4 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.6 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

4.7 Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, é admitida a apresentação de atestados (**atestado de capacidade técnica**) referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade dos três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

4.8 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES /MPDG n. 5/2017.

4.9 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 (exige a comprovação de experiência mínima de 3 anos (alínea “b” do item 10.6 do Anexo VII-A).

4.10 Comprovação de que a empresa licitante possui em sua equipe técnica (para ser identificado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior (Engenheiro Sanitário) ou outro profissional técnico devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica - ART, devidamente registrado em no conselho Profissional respectivo, fazendo-se acompanhar das respectivas certidões de acervo técnico – CAT, expedida por esse conselho, que comprove ter o profissional, executado para o órgão ou entidade da administração pública (direta ou indireta, federal, estadual ou municipal) ou privada, serviços com características semelhantes dentro da área de Engenharia Sanitária/Ambiental, de acordo com a RDC n.º 306, de 07 de dezembro de 2004, da ANVISA;

4.11 Licença Sanitária Estadual ou Municipal e Comprovação da Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA;

4.12 Licença de funcionamento expedida pela Prefeitura da sede da proponente, dentro do prazo de validade e compatível com o objeto licitado;

4.13 Licença de operação emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, para coleta, transporte e tratamento e/ou destinação final dos resíduos relativos ao serviço a ser contratado.

4.14 Licença junto ao órgão ambiental competente, de autorização para tratamento, incineração ou destinação final de resíduos de serviço de saúde.

4.15 Caso a licença de operação para tratamento de resíduos de saúde não esteja em nome da empresa licitante, esta deverá apresentar carta de anuência emitida pela empresa proprietária do sistema de tratamento a ser utilizado, atribuindo a licitante para recebimento de resíduos de saúde.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Em consulta ao mercado buscou-se avaliar as empresas que prestam serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde (lixo hospitalar infectante e não infectante), conforme a legislação vigente e sua regularização perante os órgãos competentes.

5.2 A pesquisa de preços foi realizada através do sistema do Governo Federal, por se tratar de avançado banco de dados desenvolvido para auxiliar em todas as fases da contratação pública.

Descrição do serviço	Média do Valor Unitário	Valor Total
Serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos sólidos de saúde, classificados como tipo A, B, C e E, produzidos no Hospital Geral de Juiz de Fora.	R\$ 6,37	R\$ 8.918,00

6. Descrição da solução como um todo

6.1 O serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde será realizada diariamente pelo turno da manhã, nas dependências do Hospital Geral de Juiz de Fora.

6.2 Considerando às necessidades da Administração, a solução escolhida, está definida por previsão legal na Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.3 A CONTRATADA deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) vigentes no IBC, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC da Anvisa nº 222 de 28 de março de 2018, legislações estas que são fatores fundamentais para neutralizar riscos à saúde da população e ao meio ambiente.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa do quantitativo baseou-se no volume de resíduos de serviços de saúde produzidos mensalmente e devido o aumento significativo de atendimento de pacientes emergenciais e eletivos no Hospital Geral de Juiz de Fora no período de 12 meses.

7.2 O quantitativo total é previsto com a possibilidade de prorrogação contratual por até 120 (cento e vinte) meses, com base no artigo 107, da Lei nº 14.133/21.

Item	ESPECIFICAÇÃO/ DESCRIÇÃO	Quantidade Mensal	Quantidade Anual (12 meses)
1	Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos sólidos de saúde, classificado como tipo A, B, C e E, produzidos no Hospital Geral de Juiz de Fora, em uma quantidade estimada de 1.400 Kg mensais.	1400 Kg	16.800 Kg

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1 Em cumprimento § 4º, do art. 2º, da Instrução Normativa n. 3/2017 do MPOG, a metodologia utilizada e forma de pesquisa de preços foram através do sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal.

8.2 As referidas pesquisas foram analisadas individualmente sendo desconsiderados os valores inexequíveis e que apresentassem uma grande variação em relação aos demais.

Descrição / Especificação	Qtde Mensal	Qtde Anual	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Total
Serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos sólidos de saúde, classificado como tipo A, B, C e E, produzidos no Hospital Geral de Juiz de Fora, em uma quantidade estimada de 1.400 Kg mensais.	1.400 kg	16.800 kg	R\$ 6,37	R\$ 8.918,00	R\$ 107.016,00

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A presente contratação não comporta o parcelamento sem que haja o comprometimento do seu conjunto, uma vez que se trata da aquisição de um único serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Para a execução dos serviços é imprescindível a contratação do serviço de limpeza hospitalar e limpeza comum que realiza a segregação dos resíduos, o acondicionamento destes em sacos plásticos e recipientes adequados e armazena temporariamente no abrigo de resíduos até a coleta externa. Tal serviço já se encontra devidamente contratado e em execução no Hospital.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Dentro do Hospital Geral de Juiz de Fora, o planejamento estratégico institucional deve estar alinhado com a contratação do objeto pretendido, conforme previsto no Inciso IX, art. 7º, da Instrução Normativa nº 40/2020.

11.2 Para enfrentar estes desafios, um dos primeiros compromissos assumidos foi promover o alinhamento entre a necessidade dos pacientes internados e atendidos neste hospital e os objetivos e diretrizes estratégicas definidas pela equipe de contratação deste serviço, tendo como objetivo orientar o planejamento e a execução das ações de contratação para o Hospital Geral de Juiz de Fora, de maneira a consolidar a importância da área hospitalar e garantir seu alinhamento aos Objetivos Institucionais.

12. Resultados Pretendidos

12.1 Conforme informações das resoluções vigentes e do Programa de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, a Contratada deverá assegurar a autenticidade, confiabilidade e integridade dos serviços prestados pela contratada para o destino final dos serviços de saúde conforme a Resolução CONAMA Nº 283/2001.

12.2 Com a contratação, espera-se alcançar:

- A manutenção da limpeza e higiene no ambiente hospitalar, visando a proteção à saúde das pessoas que nela circulam;
- O correto gerenciamento dos resíduos, visando atender às exigências do PGRSS e PGRS do IBC, bem como da legislação sanitária; e
- O tratamento e encaminhamento seguro dos resíduos até o aterro sanitário, visando reduzir os riscos para a saúde de todos e a preservação do meio ambiente.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há necessidade de tomada de providências para a solução a ser licitada.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os possíveis impactos ambientais decorrem da destinação final inadequada dos resíduos infectantes, químicos, perfuro-cortantes e comuns, sendo mencionado no Termo de Referência a responsabilidade da Contratada seguir rigorosamente a legislação sanitária vigente neste quesito e dar o devido descarte destes resíduos a fim de garantir a preservação ambiental

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a essencialidade do serviço, os riscos da não execução adequada, a legislação vigente e a inviabilidade de realização direta pelo Hospital, justifica-se plenamente a contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos RSS gerados pelo HGeJF.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
gov.br ALEXANDRE FELICIANO DE ALMEIDA
Data: 07/01/2026 10:58:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALEXANDRE FELICIANO DE ALMEIDA
Integrante requisitante

Documento assinado digitalmente
gov.br ALINE LOBATO DE ALMEIDA CAMPOS MARQUES
Data: 07/01/2026 12:37:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALINE LOBATO DE ALMEIDA CAMPOS MARQUES
Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
gov.br ALEXSANDER MARQUES DOS SANTOS
Data: 09/01/2026 08:05:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALEXSANDER MARQUES DOS SANTOS
Integrante administrativo

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDREIA MARTINELLI SOBREIRA
Data: 15/01/2026 11:22:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDREIA MARTINELLI SOBREIRA
Autoridade competente